

Controle externo a serviço da melhoria de políticas públicas



No exercício de sua missão de aprimorar a Administração Pública Federal por meio do controle externo, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem desde 2017, encaminhado ao Governo Federal relatório específico que aponta deficiências institucionais recorrentes e que comprometem os resultados de políticas e a qualidade do gasto público.

O Relatório de Políticas e Programas de Governo (RePP) apresenta um panorama geral que aponta riscos, irregularidades e deficiências relevantes nas políticas públicas avaliadas e que afetam, de forma repetitiva, o alcance dos objetivos.

O documento apresentado em 2018 (Acórdão 2608/2018 Plenário) baseia-se em auditorias realizadas em 18 políticas e programas de governo, que abrangem áreas consideradas de grande interesse social e prioritárias para o País, como saúde, educação, habitação, sistema prisional e infraestrutura hídrica.

Fazem parte do relatório iniciativas como o Programa Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além da Política de Banda Larga em Regiões Remotas, projetos financiados pela Lei Rouanet e medidas de erradicação do *Aedes Aegypti*.

As deficiências apontadas pela Corte de Contas estão relacionadas à governança e práticas de gestão e englobam questões como: falhas de transparência na política pública; falhas na qualidade ou descontinuidade do serviço prestado, ausência de análise de eficiência, efetividade e custo-benefício da política; e inoperância de instâncias responsáveis pela política.

O relatório destaca, por exemplo, que de 15 políticas analisadas, 87% apresentaram falhas no processo de seleção dos beneficiários e na destinação da política; e de 13 políticas avaliadas, 62% não foram precedidas de um adequado levantamento de demanda ou diagnóstico do problema. Além disso, de 13 políticas examinadas, 46% desconheciam, de forma clara, o problema que pretendiam enfrentar.

Elaborado em atendimento ao artigo 124 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2019, o RePP 2018 foi encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização para subsidiar o Congresso Nacional na discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Relatório sistêmico aponta principais entraves para a Transparência



Apesar dos constantes esforços para aumentar a transparência na Administração, muitos entraves ainda se colocam para o cidadão que busca informações em órgãos e instituições públicas. Mas quais são esses entraves?

De acordo com o Relatório Sistêmico sobre Transparência Pública (FiscTransparência) produzido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) as causas mais comuns para a falta de transparência estão relacionadas a falhas nos arranjos internos de governança das organizações públicas e na interpretação da legislação. Da mesma forma, também se destacam a baixa capacidade